

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais



UFG
ISSN 0101709X

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

v. 26, n. 2, jul./dez. 2006



Artigos

CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA, A GEOGRAFIA E A AGB

CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA, A GEOGRAFIA E A AGB

Adauto de Oliveira Souza - UFGD
adauto.souza@ufgd.edu.br

Resumo

Neste artigo fizemos uma análise da atual conjuntura política brasileira incorporando discussões relativas à atuação da AGB. A análise da realidade brasileira, demonstra que o País se defronta, internamente, com imensos problemas e, ideologicamente, propala-se, que em decorrência há necessidade de reformas. Tais reformas envolvem diversas dimensões da realidade nacional, desde, economicamente, a superação do modelo neoliberal, até as reformas política, urbana, universitária, entre outras. E, mesmo no interior da AGB, também se fala em reforma estatutária. Estamos diante de uma conjuntura na qual a formação da Nação, como o espaço de disputa do sentido político comum é substituída por um consenso forçado. É a política como administração. Nesse contexto, uma das principais mudanças refere-se ao papel do Estado. A AGB, por sua vez, tem a sua atuação relacionada com as condições materiais da sociedade brasileira: aristocraticamente, criada em 1934, efetivamente se nacionalizou nos anos de 1940, democratizando-se a partir dos anos 80, momento em que passou a constituir-se num referencial político, além de científico e cultural em todo o País. Mesmo diante dessa constatação, consideramos que o desafio de repensar a entidade deve ser permanente para que a AGB continue dando sua contribuição para a democratização do conhecimento geográfico e o fortalecimento da categoria profissional.

Palavras-chave: política; associação científico-cultural; agebeans.

Abstract

In this article we have analysed the current Brazilian political conjuncture taking into consideration discussions related to the AGB performance. The analysis of the Brazilian reality shows that the Country internally faces immense problems and ideologically knows the need for changes. Such changes involve several dimensions of the national reality ranging from an economic need to transcend neoliberalism to urban, political and university rearrangements. Even in the AGB inner circle, there has been some talk about statutory rearrangements. We are living in a conjuncture in which the formation of the Nation as a space for common politics disputes is replaced by a forced agreement. It is the administration politics. AGB have its actions linked to the Brazilian society material condition: it was aristocratically created in 1934 and it became nationally known in the forties and being democratized in the eighties. From this moment on, it became not only a political but also a scientific and cultural reference in the whole Country. All things considered, AGB is a victorious entity. However, the challenge of rethinking it must be permanent so that AGB keep helping the democratization of the geographical knowledge and the strengthening of the professional category.

Key-words: politics; scientific-cultural association; *AGBians*.

Notas introdutórias

As reflexões aqui contempladas foram produzidas a partir de minha participação em mesa redonda¹ com o mencionado título, no XIV Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Rio Branco (AC), em 2006. Trata-se de um tema transversal que possibilitou um momento de avaliação da conjuntura política brasileira atual, e das possibilidades de inserções da AGB nos diversos espaços de luta. Nesse sentido, procuramos incorporar reflexões pertinentes à atuação recente da AGB, além dos percursos da Geografia diante dos complexos desafios institucionais, políticos e epistemológicos verificados nos últimos anos.

Para essa intervenção contamos com a nossa experiência como sócio da AGB – inicialmente, na década de 80 pela Seção São Paulo – ainda na condição de graduando na então UFMS, hoje Universidade Federal da Grande Dourados – e a partir de 1994 como sócio fundador da Seção Dourados (MS). Portanto, privilegiamos as reflexões a partir de experiências vividas e relacionando-as com outros momentos da história da AGB. Com tal pressuposto, e conforme já aduzido por Alegre (2004, p. 220) e Rodrigues (2004, p. 199), são algumas lembranças parciais e que tocam alguns tópicos considerados relevantes. Mas que são sempre parciais, além de instigantes, complexos, polêmicos e contraditórios.

A discussão acerca da Geografia – seu ensino, pesquisa, práticas – deve ser compreendida no interior dos debates das crises e contradições que movem dialeticamente a sociedade, nas suas diferentes escalas neste alvorecer de século.

Trata-se de um contexto histórico no qual o paradoxo está em toda parte. O saber científico conjuga-se à técnica e, combinados – a serviço de um sistema capitalista hegemônico –, não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humano. Mas esse momento “vencedor”, no dizer de Dupas (2006), exhibe fissuras, conflitos, contradições; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser (e tem sido) muito perversos: os espantosos acontecimentos – queima de diversos ônibus, ataques armados às delegacias de polícias e algumas instituições privadas, desencadeados a partir de ordens emanadas do interior dos presídios – que ocorreram na cidade de São Paulo e adjacências em meados de maio de 2006 (e na primeira semana de julho) evidenciam essa realidade.²

O processo de desenvolvimento ampliado da crise em que o capitalismo está inserido é a realidade concreta que serve de base para as discussões travadas hoje na Geografia.

É na relação dialética entre a produção social da existência dos homens e de sua vida intelectual que devemos buscar a explicação para os debates da Geografia, seus caminhos filosóficos, e seus rebatimentos no ensino. Esse processo em marcha, porém, deve ser um processo de comprometimento crítico com a transformação da sociedade.

Todos nós, somos testemunhas dos esforços no sentido de promover mudanças na ciência geográfica – qualificando a compreensão do mundo em que vivemos, abrindo perspectivas para a sua transformação – realizados historicamente no seio de nossa entidade: a AGB.

A produção dessas mudanças é um caminho que passa pela compreensão da realidade. Esta realidade, que está a nos mostrar a cada dia que passa, um mundo transformado. Por exemplo, o conceito/processo de globalização que até o início dos anos 70, constituía pouca ou nenhuma evidência como instrumento analítico, hoje, o modo como o lemos, e como nos apropriamos de seu sentido, é uma questão crucial para entendermos o cotidiano dos fatos, enfim, para uma política transformadora, comprometida com mudanças sociais.

As mudanças recentes na sua dinâmica processual, causaram consequências e contradições. Harvey (2004, p. 94), estudando essa temática, nos diz que:

O elemento que talvez tenha mais importância é a mudança do papel do Estado, que perdeu alguns (mas não todos) dos poderes tradicionais de controle da mobilidade do capital (particularmente do financeiro e monetário). Por conseguinte, as operações do Estado passaram a ser disciplinadas pelo capital monetário e financeiro num grau inaudito. O ajuste estrutural e a austeridade fiscal tornaram-se dominante, e o Estado de certo modo viu-se reduzido ao papel de descobrir maneiras de criar um clima favorável aos negócios. (...) o bem-estar em favor dos pobres foi em larga medida substituído por subvenções públicas ao capital.

Mas nada disso, segundo esse mesmo autor, significa que a nação-Estado tenha sido “esvaziada”. Trata-se de um processo ideológico através do qual, a fim de fazer funcionar a atual onda do neoliberalismo, o Estado tem de penetrar ainda mais intensamente em certos segmentos da vida político-econômica e tornar-se ainda mais intervencionista do que antes.

Esse processo – nem poderia ser outra forma – atinge igualmente a universidade. Santos (2004, p. 11) fala em “globalização neoliberal da universidade.” Trata-se de um fenômeno novo, cuja lógica é agora exclusivamente mercantil. A perda de prioridade na universidade pública nas políticas de Estado foi, antes de mais nada, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. A maneira agressiva e desregulamentada como o mercado universitário emergiu e se expandiu são a prova de que havia a favor dele uma opção política de fundo.

Ainda de acordo com Santos (2004), os dois processos marcantes desse período – o estrangulamento do investimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são os sustentáculos de um projeto de política universitária destinado a mudar radicalmente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num campo de valorização do capitalismo educacional. O caso do Brasil é representativo da tentativa de aplicar essa lógica mercantil e, por ser bem conhecido, dispense-me de o descrever.³

O enfraquecimento da educação pública, paralelo ao crescimento do sistema privado, deu-se ao mesmo tempo em que a socialização se deslocou da escola para a mídia, a publicidade e o consumo. Vivemos atualmente a convivência de uma massa inédita de informações disponíveis e uma incapacidade aparentemente insuperável de interpretação dos fenômenos. Vivemos o que alguns chamam de “novo analfabetismo” porque é capaz de explicar, mas não de entender.

Uma rápida análise panorâmica da realidade brasileira, demonstra que o País se defronta, internamente, com imensos problemas e, ideologicamente, propala-se, que em decorrência há necessidade de reformas. Tais reformas envolvem diversas dimensões da realidade nacional, desde, economicamente, a superação do modelo neoliberal, ou o ativo fortalecimento de nossa capacidade científico-tecnológica, no âmbito de um abrangente plano nacional de desenvolvimento, até as urgentíssimas reformas política, urbana, agrária, universitária. E, mesmo no interior de nossa entidade, também se fala em reforma estatutária.

De qualquer modo, trata-se de um contexto histórico no qual Oliveira (2005, p. 7), nos diz que:

A ilusão de ótica elaborada pela doutrina neoliberal do Estado mínimo esconde, na verdade, um Estado máximo, que opera o controle da força de trabalho

rebaixando o estatuto dos direitos e propiciando as condições institucionais para a elevação da taxa de exploração; e de outro lado é uma forma de capital-financeiro para o capital mundializado, através das isenções, subsídios e toda sorte de “incentivos”.

Enfim, ainda conforme advoga esse autor, estamos diante de uma conjuntura na qual a formação da Nação, como o espaço de disputa do sentido político comum é substituída por um consenso forçado, fora do qual não se processa qualquer crescimento. É quase uma ditadura, a política como administração. O que vale são as contas e não os homens. Consta-se a proliferação de controles, de índices e indicadores, de políticas sociais focadas, que monitoram permanentemente a realização e a performance das políticas, a reprodução da força de trabalho. Trata-se, portanto, de uma conjuntura que já não depende da relação de forças entre as classes, mas da medida que ajusta o comportamento das principais variáveis ao movimento da taxa de lucro mundial, mediada pelas variáveis de exclusivo controle estatal. Assim, a Nação é subsumida no Estado.

No dizer de Santos (2004, p. 40) “a globalização neoliberal assenta na destruição sistemática dos projetos nacionais.” Portanto, um projeto nacional no sentido de realização de um projeto comum, torna-se, assim, uma utopia. Em seu lugar, como paradoxo do neoliberalismo e da mundialização, viabilizam-se apenas políticas de Estado. Vestidas de retóricas “nacionais”, mas cujos objetivos são, em primeiro, segundo, terceiro lugares, a reificação do Estado como instância de cálculo da reprodução do capital interno e sua relação com o capital mundializado.⁴

Moreira (2006, p. 135), argumenta, apropriadamente, que o Estado capitalista é reestruturado pela reforma liberal. Em suas palavras:

Pode-se notar que o neoliberalismo chega com o objetivo de operar a desconstrução do capitalismo do Welfare State não para pôr fim à instituição Estado.

Nessa conjuntura – um sobrevôo sucinto, é verdade – como pensar a atuação da AGB, no sentido de atingir seus objetivos, previstos estatutariamente? Quais sejam promover o desenvolvimento da Geografia no País, pesquisando, estimulando o estudo e o ensino da geografia, promovendo publicações, mantendo intercâmbio com outras entidades, analisando as políticas públicas, promovendo Encontros enfim, procurando representar a Geografia brasileira, ao mesmo tempo em que busca aprimorar as instituições democráticas e a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

A institucionalização da AGB e sua trajetória até o momento atual

A AGB – sua atuação ao longo da história e a sua institucionalidade interna expressa no estatuto – está relacionada com as condições materiais da sociedade brasileira e mundial.⁵

Sobre essa questão, Monteiro (1980, p. 35) afirma: “...é indisfarçável que o desenvolvimento da pesquisa geográfica, entre nós, tem muito a ver com nossa evolução histórica.”

Por sua vez, Seabra (2004, p. 34), refletindo acerca dessa problemática, assevera:

(...) a AGB, como “subproduto” da criação da USP, carregaria em si (in)dependente da vontade de seus membros, esta possibilidade de colocar os conhecimentos que produz, e aos que pretende dar organicidade, também a serviço da expansão econômica do Estado de São Paulo.

Todavia, argumenta esse mesmo autor, que muito cedo essa possibilidade sofreu o impacto da ação centralizadora desencadeada pelos governos de Vargas, especialmente no Estado Novo e, principalmente para a Geografia, do processo de criação do Conselho Nacional de Geografia e da fundação do IBGE. Portanto, uma estruturação governamental centralizada de produção, coleta e organização da informação estatística e geográfica do País. Tais informações interessavam ao Governo e aos grupos privados no escopo de “modernizar” o país, a tônica que viria marcar os discursos, além do nacionalismo.

Igualmente, Monteiro (1980, p. 10) afirma:

Ligada a um caráter pragmático de subsídio político, a produção ibegeana de geografia, em contraste com aquela nascente Universidade, revestiu-se de um caráter de comprometimento ao poder o que fez com que se a distinguisse (...) como “Geografia do Estado Novo”, passando posteriormente o epíteto à “oficial”.

Há uma relevante bibliografia que considera que a Revolução de 1930, condicionou o pensamento geográfico brasileiro, e possibilitou a institucionalização da Geografia como ciência a ser estudada em nível superior e a ser aplicada à problemática nacional. Enfim, na opinião de Andrade (1994) a Revolução de 30, “provocou transformações na sociedade brasileira que contribuíram para que os estudos das ciências sociais fossem estimulados, e se criassem universidades e instituições de pesquisas.” Portanto, ela provoca inovações no campo das ciências.

Surgiram, nos anos 30, instituições como as Universidades do Distrito Federal e a de São Paulo, com cursos superiores específicos dessa disciplina, além do IBGE, com atribuições específicas de realizar censos e pesquisas de campo acerca das diversas regiões do País.

No bojo desse processo, em 1934, em São Paulo, foi criada a AGB.⁶ Essa associação, apesar da denominação, durante muitos anos foi uma instituição paulista, uma vez que ela promovia as reuniões de seus sócios em São Paulo, discutia problemas e publicava trabalhos geográficos, sobretudo acerca da população agrária e urbana, orientando-se também para o ambientalismo e para a geografia regional sob a égide lablachiana (Monteiro, 1980).⁷

Apoiada no modelo das sociedades francesas que tinham permitido a institucionalização da Geografia na França, formalmente, a AGB visava reunir-se para palestras e debates e organizar-se para a realização de estudos e pesquisas de interesse geográfico. De acordo com Seabra (2004, p. 14):

A AGB surge modesta, mas voluntariosa, da combinação, da interação de acontecimentos, ou melhor, de processos, dentre os quais, o imediato é o da própria criação da USP, cuja maior “inovação”, afora a própria criação deste todo universitário, é o surgimento da FFCL, (...).

Somente uma década depois, em 1944 é que a AGB tornou-se verdadeiramente nacional, ocasião em que teve início um trabalho de cooperação entre geógrafos paulistas e cariocas, a partir da assembléia geral de Lorena.

Monteiro (2000, p. 12), refere-se ao interregno de 1934 a 1948, como “a implantação da geografia científica” e destaca que as alterações estatutárias e o certame de Lorena (1946), isto é, a reorganização da entidade foi “o marco decisivo da vida própria da AGB, um dos fatos mais importantes desse período, (...)”

Segundo Seabra (2004, p. 14) em 1945 a AGB chegou a fazer uma alteração estatutária significativa que lhe permitiu, a partir de então, “iniciar um desdobramento territorial mais sustentado para outras áreas fora de sua sede e que produziu uma diferenciação nova entre os seus associados que perdurou até o final dos 1960, pelo menos.”

Nice Lecoq Muller *apud* Seabra (2004, p. 51) chama este período até 1945 de “a fase heróica” da Associação, na qual em geral, compareciam em média de quatro a cinco pessoas em suas reuniões.

Analisando esse período, Andrade (1994, p. 71), argumenta que:

Em sua organização, a associação foi profundamente aristocrática, para não dizer oligárquica, de vez que estabeleceu duas categorias de sócios, os efetivos, com direito pleno, e os cooperadores, formados por todas as pessoas interessadas pelo estudo da geografia, mas que não tinham uma obra específica na área. Em geral, o sócio se iniciava como cooperador e só passava a efetivo se os efetivos resolvessem elegê-lo para o “clube fechado”.

Na década de 50, a AGB cresce em importância, dentre outros motivos pelo próprio crescimento dos cursos de Geografia a partir da criação das Faculdades de Filosofia em diversas Unidades da Federação (PE, BA, MG e PR).

Estávamos, na realidade, frente a um ciclo de redefinição da divisão regional do trabalho marcado pela homogeneização monopolística-oligopolística do espaço econômico nacional.

Trata-se do período que Monteiro (1980) denomina “cruzada agebeana de difusão nacional” (1948-1956), no qual as seções regionais se ampliam pela criação de diversos núcleos – Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Paraná. Surgem os primeiros boletins da AGB: o Paulista (1949) e o Carioca (1950).

A AGB, era o ponto para onde convergiam os trabalhos e as tendências dominantes da Geografia. Nesse contexto, cresce a sua importância, de tal maneira que houve a necessidade de repensá-la: com o crescimento da participação nas reuniões anuais, sentiu-se a necessidade de passar a sua realização em cidades de maior porte ou de limitar a participação dos estudantes.

Para Fernandes (1995, p. 32), as décadas seguintes (1960 e 70) foram importantes no processo de democratização da AGB. A partir dos embates entre os defensores da “Nova Geografia” e os defensores da “Geografia Crítica” a AGB viveu momentos de profundas transformações em seus estatutos. Até então a AGB funcionava como uma corporação de ofício. A “abertura” ocorreu em 1962, momento em que se criou a figura do sócio cooperador, deixando de existir o sócio efetivo e passando a existir o sócio cooperador e o titular.

Monteiro (1980, p. 18) refere-se “a caminho da afirmação”, o período que vai de 1956 a 1968, no qual são colhidos os frutos evidenciadores da existência de uma comunidade ativa de geógrafos pesquisadores. Inclusive, o Rio de Janeiro tornou-se a sede do XVII Congresso Internacional de Geografia, concebido por este autor, como o marco de transição da fase de formação para aquela em direção à afirmação da geografia brasileira.

Em 1970 – em contínuo crescimento – a AGB realiza uma reforma estatutária substituindo as assembléias anuais por Encontros bianuais e congressos a cada 10 anos. Tais Encontros eram abertos a todos os sócios.

O processo de democratização da AGB, pelo qual lutavam alguns associados culmina na proposta de mudança estatutária apresentada no III ENG, em Fortaleza, 1978.⁸ As mudanças se concretizam no ano seguinte, com a reforma estatutária através da qual se extinguem as seções regionais, os sócios titulares e sócios colaboradores. Criam-se as seções locais, em base municipal, e todos os sócios passam a possuir os mesmos direitos e deveres (os estudantes passam a desfrutar de 50% de desconto nas anuidades).

Enfim, esses acontecimentos no final dos anos 70, fizeram com que houvesse pressão na direção da AGB e uma reformulação no seu Estatuto a fim de propiciar a participação dos estudantes.⁹

Posteriormente e aí já com a redemocratização do País, os Encontros Nacionais passaram a congregiar milhares de participantes e a AGB passou a constituir-se num referencial político, além de científico e cultural.

Refletindo acerca dessa temática, Rodrigues (2004, p.205), assevera que:

Com as mudanças no Estatuto de 1979, a contribuição da AGB para a Geografia Brasileira tornou-se mais profícua. Os encontros, simpósios, congressos, debates, publicações passaram a contar com um maior número de associados e assim a difusão do conhecimento amplia-se.

Em 1992, por ocasião do IX Encontro Nacional de Geógrafos, na cidade de Presidente Prudente, o Estatuto sofreu algumas modificações, a partir de sugestões da seção anfitriã.¹⁰

Portanto, durante toda sua história a AGB foi se democratizando, é verdade que esse processo não foi harmônico, nem tampouco isento de críticas. Nem poderia sê-lo. Mamigonian (1991 *apud* Fernandes 1995, p. 33) avaliou criticamente as assembleias nacionais da entidade, pois “destinam-se, principalmente, aos iniciantes, em decorrência da aliança morna entre os professores mais novos e os movimentos estudantis, num tipo de populismo dos pobres (...).”

De qualquer modo, a análise histórica demonstra que não há como negar a influência da AGB em nossas formações e, nem tampouco a negar a contribuição que os “estudantes” – nos diferentes níveis – têm prestado a nossa entidade. Eles têm ocupado um papel central na história recente da AGB. Em Dourados (MS), são eles que tem se proposto a assumir alguns dos principais trabalhos nas diretorias da seção. É bem verdade que o caráter populista – apontado por Andrade (1994) – encontra sustentações eventuais, todavia, acreditamos que são as contradições próprias do processo.

Considerações finais

AGB – é na nossa opinião uma entidade vitoriosa – e constituiu-se, historicamente, um centro de convergência, estímulo e difusão para os estudos, as pesquisas, os debates e as práticas de mais de duas centenas de cursos de graduação – licenciatura e bacharelado –; de algumas dezenas de cursos de pós-graduação, professores do ensino médio e fundamental espalhados pelo País. E este é o papel que ela tem a desempenhar...

Diga-se de passagem, tal idéia é igualmente partilhada por Marcos Alegre (2004, p. 213), em seu rico depoimento acerca dos 70 anos da AGB. Em suas palavras:

Pode-se afinal concluir que, (...) apesar das divergências das idéias e mesmo ideologias – ou por isso mesmo – a AGB vem cumprindo o papel que certamente seu fundador Pierre Deffontaines imaginava para a associação em 1934. A AGB sempre teve participação ativa na evolução da Geografia, confundindo-se a sua história com a própria história da Geografia-ciência.

Com tais pressupostos, a participação da AGB no debate político nacional será mais qualificado quanto mais desenvolvidas forem as diversidades de práticas e de relações de nossa entidade.

No dizer de Rodrigues (2004, p. 209), a importância da AGB deve ser medida pela forma complexa como os seus associados atuam e interagem entre si e com a sociedade.

Ademais, penso que a AGB pode contribuir significativamente no processo de construção de um pensamento educacional contra-hegemônico, combatendo a internalização e a consciência de subordinação dos valores mercantis mediante uma teoria e uma *práxis* educativa emancipadora.¹¹ A propósito, esse foi um dos princípios do XIV Encontro Nacional de Geógrafos (2006), expresso em regimento: “partilha do conhecimento geográfico e não o da troca mercantil.”

Enfim, a AGB se democratizou, se fortaleceu enquanto entidade e é responsável por um dos maiores Encontros científico-cultural do País – demonstrando que efetivamente ela se nacionalizou, se politizou (assumiu posições a-partidárias), sem perder, contudo, seu caráter científico – servindo inclusive de exemplo para outras entidades científicas.

Como advoga Rodrigues (2004, p. 203):

A troca de informações sobre as pesquisas, os debates e embates nos encontros, simpósios, nas publicações, faz da AGB o elemento transmissor de conheci-

mento das diversas correntes teóricas e metodológicas representadas no Brasil; da diversidade de pesquisas realizadas; dos trabalhos e atividades em salas de aulas e; das análises dos geógrafos que estudam Geografia Física e Geografia Humana. Os encontros, são, também, o momento para discutir a estrutura interna da AGB.

Todavia, há quem afirme que, à medida que as conquistas foram sendo consolidadas houve a acomodação na entidade (inclusive com velhas práticas de apropriação da entidade para autopromoção pessoal).

Com tais pressupostos, asseveram, haveríamos de repensar o seu modelo organizacional, sua estrutura, sua territorialidade e a sua relação com os associados. Nesse sentido, parece-nos plausível algumas indagações:

A organização administrativa da AGB, sua ossatura institucional responde atualmente por uma ativa intervenção dos geógrafos na realidade brasileira?

Seria necessário profissionalizá-la? Em caso afirmativo, como proceder para não burocratizá-la, mas sobretudo, para se evitar a exclusão da participação dos compromissados com a ciência geográfica? Como melhorar a relação da Diretoria Executiva Nacional (DEN) com as seções locais? E com os associados?

Pensamos que:

Primeiro, o desafio de repensar a entidade deve ser permanente para que a AGB continue dando sua contribuição para a democratização do conhecimento geográfico e o fortalecimento da categoria.

E aí, me parece, salvo melhor juízo que a AGB não se acomodou. Se há acomodação é dos agebeanos. Felizmente, não na sua totalidade. E aqui, se reveste de importância a reflexão sobre a vida da e na associação para nos auxiliar a compreender a influência da AGB na construção de nossos ideais de Geografia.

Fernandes & Spósito (2004, p. 7), na “Apresentação” da revista Terra Livre que trata da “AGB 70 anos: trajetórias e contribuições” destacam como um dos pontos positivos de atuação da AGB, “a história digna, com que tem fomentado e representado a Ciência Geográfica, sendo um dos principais espaços de debate da pesquisa, do ensino e da extensão.”

Segundo, não cremos que uma mudança estatutária, por si só, resolverá nossos problemas. Talvez tivéssemos que primeiramente – e de maneira muito responsável, com espírito solidário – identificarmos os problemas da nossa entidade e aí coletiva e fraternalmente buscarmos soluções. Um exemplo banal: poucos agebeanos sabem das tensões que ocorrem na Secretaria

e na Tesouraria dos nossos Encontros. Nós, para ficar bem claro, não estou me referindo as operações/atividades dos secretários e tesoureiros e seus colaboradores voluntários. Primeiro, porque não tenho elementos consistentes para fazer tal análise, mas sobretudo, porque nunca soube de nenhum fato que os colocasse sob suspeita. Longe disso. Eu me refiro aos conflitos que se passam no ato do credenciamento, nos devidos repasses de alíquotas das Seções Locais à DEN. Que tipos de problemas ocorrem aí? Eu sei que a Reunião de Gestão Coletiva (RGC), discute, avalia e delibera essas questões. Todavia, me parece que não há uma vazão dessas informações e o que é pior, tais problemas se repetem, anualmente, sem solução.

Em outras palavras, se por um lado, há uma maior difusão do conhecimento nesses eventos, por outro lado, aumentam os problemas relacionados a sua organização e operacionalização até em função do grande contingente de participantes e da conseqüente demanda criada – por alojamento, alimentação, locais apropriados para a execução de todas as atividades programadas.

Terceiro, pensamos que o avanço nas comunicações coloca a necessidade de se repensar a forma de interlocução da DEN (Diretoria Executiva Nacional) com as Seções Locais e seus associados.¹²

Por exemplo, a AGB Seção Dourados participou em conjunto com a DEN e a Comissão Local de execução do XIV Encontro, assumindo a tarefa de receber resumos, enviar aos pareceristas da Comissão Científica e depois encaminhar toda a operacionalização de recebimento dos trabalhos completos e editoração/publicação em anais. Portanto, um processo de interlocução instantânea de Dourados, Rio de Janeiro, Rio Branco, os autores e os pareceristas espalhados por todo o País. Não queremos dizer com isso que a técnica resolve tudo. Mas em nosso juízo, trata-se de uma experiência exitosa.

Para finalizar, o principal elemento de nossa reflexão é a idéia de fortalecer a AGB, mas também ampliar a participação orgânica de seus associados. Que estes não sejam meros consumidores das atividades produzidas pela entidade, mas formuladores de suas políticas e agentes de execução destas.

Nos termos apregoados por Alegre (2004, p. 213), sustentamos que a AGB “se corporifica em razão de seus associados que, pelos seus trabalhos, pesquisas e reflexões em busca da Geografia-ciência debatida em assembleias, encontros, congressos com a presença de associados, é que dão vida à entidade.”

Por fim, mas não menos importante, corroborando com a assertiva do mesmo autor, diríamos que a AGB que enfrentou diversos obstáculos, vencendo-os todos, saberá vencer os desafios futuros, já eu ela se encontra cada vez mais fortalecida.

Aliás, um dos desafios mais importantes, acreditamos seja justamente aquele colocado por Fernandes & Spósito (2004, p. 7): “Nosso desafio para os próximos anos é qualificar essas representações ou corremos o risco da fragmentação com o surgimento de entidades geográficas especializadas.”

Tal postura, se constata pela necessidade premente de construirmos representações qualificadas para a AGB, sob o risco de sua fragmentação, decorrente do surgimento de entidades temáticas e/ou profissionais. Por exemplo, uma entidade que represente apenas os estudiosos da Geografia Urbana, ou especificamente o bacharel em Geografia.

Uma preocupação nesse sentido foi, apropriadamente, colocada no XIV Encontro Nacional (2006), no qual se aprovou em sua Assembléia Final a realização de um plebiscito nacional, em 2008, para decidir acerca da apresentação da AGB no sistema CONFEA/CREA e que, obviamente, dependendo do seu resultado acarretará novas mudanças estatutárias em nossa entidade.

Notas

- ¹ A referida atividade contou também com a participação de Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp); Antonio Thomas Júnior (Unesp/ Pres. Prudente) e Zeno Crocetti (Universidade Tuiuti/PR), e coordenação de Charles de França (UERJ).
- ² Sobre essa problemática, Francisco de Oliveira, assevera que: *A desestatização que buscava um Estado enxuto, resultou na perda do controle nacional sobre poderosas unidades produtivas, e a empresarização do Estado (...) terminou na incapacidade de supervisionar minimamente os conflitos sociais, que se privatizam na medida mesma em que o monopólio legal da violência é contestado pelas gangues, grupos armados e empresas oligopolistas.*
- ³ Nos termos apontados por Mészáros (2005, p. 16): *“No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e do esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos.”*
- ⁴ Isto tudo não quer dizer que a mundialização operou uma homogeneização das condições internacionais; ao contrário, trata-se de um sistema fortemente hierarquizado, com os USA como “olho do furacão” e a Europa como sub-olho, enquanto os demais rodam freneticamente, a altas velocidades, impulsionadas pelo “olho” da acumulação de capital.
- ⁵ Evidentemente que esse pressuposto não é específico da AGB. Seabra (2004, p. 15) analisa o processo de institucionalização do ensino superior de Geografia na França e em escala mundial. Enfatiza que a: *“Institucionalização e difusão de conhecimentos cujos interesses práticos para os grupos dominantes da sociedade, mais ampla estavam, de modo doutrinária-*

rio, a serviço da constituição do nacional-patriotismo; e, para efeito externo, das doutrinas de “superioridade” do homem branco de origem europeia.” Ademais, o mesmo autor, argumenta que a Geografia não esteve sozinha nesta empreitada e muito menos na conquista e reconhecimento de territórios e/ou acesso a seus recursos, visando possibilidades de acumulação capitalista. Nesse sentido, relata inclusive a ação de parte da elite liberal dominante paulista no lançamento das bases do projeto e na criação da USP.

- ⁶ Zusman (1998, p. 145) argumenta que: “As transformações sociais e econômicas do século XX redefinem o papel de algumas sociedades geográficas já existentes assim como também determinam as funções que cumprirão aquelas que se conformarão neste período.”
- ⁷ Na verdade, conforme apontado por Seabra (2004, p. 20), mais do que paulista, era uspiana. Em suas palavras: “É interessante ressaltar que a AGB atraiu, até 1945, poucos ou quase nenhum dos formandos das duas outras FFCL com cursos de Geografia e História existentes na capital de São Paulo (...) que, a partir de 1946, passaram a ser parte da PUC-SP.” Ademais, os seus Estatutos iniciais não previam a existência de núcleos ou seções fora da cidade de São Paulo.
- ⁸ Segundo Andrade (1994, p. 75): *As divergências se acentuavam devido ao fato de vivermos um período ditatorial e de estar a comunidade geográfica politicamente dividida, além de haver entre os vários centros uma luta por obtenção de possíveis recursos e de verbas para pesquisas.*
- ⁹ Acerca dessa questão, Rodrigues (2004, p. 204), argumenta que: *Estes debates sobre a crise na Geografia sintetizavam as possibilidades teóricas e metodológicas de análises do espaço e os sobre o movimento para a alteração dos estatutos demonstram o momento histórico e as lutas pela democratização do País.*
- ¹⁰ Para uma análise das modificações ocorridas veja-se a “Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros, de 24 de julho de 1992.”
- ¹¹ Segundo Dupas (2006), isso se torna possível porque o sistema do capital não é eterno, perdeu sua parca capacidade civilizatória e expressa contradições insanáveis.
- ¹² A distância, um atributo clássico da Geografia ganha outro sentido. No dizer de Ruy Moreira (2006, p. 163): *Ela perde seu sentido físico, diante de um novo conteúdo social do espaço. Vira uma realidade para o trem, outra para o automóvel, o avião, telefone, da comunicação pela internet.*

Referências

- AGB. Regimento interno do 14º Encontro Nacional de Geógrafos (proposta da Diretoria Executiva Nacional aprovada na 89ª RGC), 2006.
- AGB SEÇÃO DOURADOS. AGB SEÇÃO DOURADOS: memória e história de um processo de construção coletiva. In: *Terra Livre* n. 22. São Paulo: AGB, ano 20, v. 1, jan./jul. 2004.
- ALEGRE, M. Setenta anos da AGB (1934-2004). In: *Terra Livre* n. 26, v. 1. Goiânia: AGB, 2004.
- ANDRADE, M. C. *Uma geografia para o século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. In: *Terra Livre* n. 5. São Paulo: Marco Zero/AGB, 1988.
- HARVEY, D. *Espaços da esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

LUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Edunesp, 2006.

MANÇANO, B. O ensino e a pesquisa na Geografia e o papel da AGB. In: *Revista de Geografia. UFMS/AGB*: Campo Grande, ano 1, n. 1, set./dez. 1995.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934-1977) – avaliação e tendências*. São Paulo: USP (Instituto de Geografia), 1980.

OLIVEIRA, A. U. Ensino de Geografia: horizontes no final do século XXI. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n. 72, 1994.

OLIVEIRA, F. *Democratização e republicanização do Estado*. s.n.t.

RODRIGUES, A. M. Depoimentos – Contribuição da AGB na construção da Geografia brasileira. Uma outra geografia sempre é possível. In: *Terra Livre* n. 22. São Paulo: AGB, ano 20, v.1, jan./jul. 2004.

SADER, E. *Soberania e democracia na era de hegemonia norte-americana*. Fórum Social Mundial 2001. Biblioteca das Alternativas.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. S.l.: 2004.

SEABRA, M. F. G. Os primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros: 1934-945. In: *Terra Livre* n. 22. São Paulo: AGB, ano 20, v. 1, jan./jul. 2004.

ZUSMAN, P. Sociedades geográficas na promoção dos saberes a respeito do território. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, dez, 1998.

ADAUTO DE OLIVEIRA SOUZA - Doutor em geografia e professor adjunto do curso de geografia da Universidade Federal da Grande Dourado.

Recebido para publicação em outubro de 2006

Aceito para publicação em novembro de 2006